

Convergências e divergências das políticas educativas e culturais

(Painel “A intervenção cultural da e na Escola”), Encontros Alcultur

Faro, capital nacional da Cultura, 22 de Novembro de 2005

A sociedade é fruto da educação ou foi antes a existência de uma sociedade que levou à necessidade dos processos educativos? A cultura é um resultado do social ou é antes o social que faz cultura? Estas perguntas preliminares facilmente nos mostram a grande dificuldade existente na hierarquização de papéis entre o social, o cultural e o educativo. Estes três instrumentos de leitura da nossa vida comunitária, grupal ou individual correspondem, conforme o enfoque, a elementos fundadores e por isso, ao ser solicitado para falar sobre convergências e divergências das políticas educativas e culturais devo enunciar alguns aspectos:

1º A aprovação pela União Europeia da Estratégia de Lisboa , lançada em Março de 2000, e que pretende fazer da Europa, hoje a 25, a economia mais dinâmica e mais competitiva do mundo até 2010 criou um consenso ou uma afirmação de consenso no espaço europeu sobre a linha de rumo para o nosso modelo de desenvolvimento, que será centrado no conceito de “sociedade do conhecimento e informação”. Apesar de os objectivos de 2010 serem, neste momento irrealistas, considerado o Conhecimento e a Informação um bem de produção prioritário, deve repensar-se a importância das políticas da culturais e a sua relação com as políticas educativas, não fosse o conhecimento um dado cultural e a educação um modo de o estruturar.

A cultura, como manifestação individual e social, tomada como corpo de referências e saberes que organizam o pensamento, a moral, a ética, a

acção, a coesão social, a interacção, acompanha os momentos de família, de trabalho, de lazer, a cultura, dizia, é hoje elemento decisivo da organização económica e da recuperação das capacidades produtivas do espaço nacional e europeu. Diferentemente de outros bens económicos, a produção de cultura ou a produção de conhecimento ultrapassa as limitações dos modelos económicos que se referem à produção de bens escassos (como o petróleo, a madeira, a água potável ou outros) onde a escassez obriga a, perante múltiplas necessidades se optar pelos consumos prioritários e perceber a finitude das matérias-primas. A produção de conhecimento não enfrenta, em abstracto, o paradoxo da escassez, pois é possível, também em abstracto, pôr toda a população activa a produzir conhecimento.

A Cultura integra campos tão diversificados como os elementos patrimoniais, as criações artísticas, a produção artesanal, as manifestações educativas e a convivência social, os comportamentos individuais e grupais e as relações entre grupos culturais diferentes, as culturas ditas eruditas e as culturas ditas populares. A Cultura manifesta-se em campos tão diferentes como o desporto (cultura desportiva) ou a política (cultura política) as artes (cultura artística) ou a gastronomia (cultura gastronómica). A Cultura afirma-se como conceito polissémico, actual e com crescente densificação do seu papel enquanto agente operativo do social, desde o destaque semântico que teve, nomeadamente do século XVIII em diante.

Quero referir-vos um 2º aspecto:

Até onde deve o Estado intervir na Cultura ?

Às carências de educação e cultura não podem os poderes públicos ficar indiferentes, devendo operar no sentido de proporcionar aos cidadãos, tendencialmente, a todos os cidadãos, condições de acesso aos bens culturais e havendo dificuldades na produção cultural, ponderar o exercício da subsidiariedade na construção de projectos culturais de serviço público. Por vezes, naturalmente, é difícil definir os limites da política cultural pública em relação aos agentes institucionais privados e do mercado.

As questões da cultura têm, nos últimos anos, reivindicado um lugar central nos tópicos do discurso político, impondo-se uma crescente atenção às problemáticas da cultura, premissa essencial de um desenvolvimento sustentado.

A política cultural pode orientar-se em função de vertentes distintas: promoção da coesão social e dos laços identitários; aprofundamento das dinâmicas dos grupos em ordem ao seu desenvolvimento e participação; acção articulada com as políticas educativas para a criação de um perfil de cidadão mais preparado para as funções sociais contemporâneas; estímulo à criação artística e à expressão artística; promoção da salvaguarda do património, imóvel e móvel, construído, natural ou simbólico.

Aumentar as utilidades (e previamente as oportunidades de acesso, os mecanismos de compreensão e partilha e as acções concretas) das mais diferentes formas e expressões culturais, promovendo as identidades de pertença, sempre no respeito do pluralismo e da multiculturalidade e a inovação como direito de cidadania é ponto de partida de uma política cultural e educação assentes numa estratégia que vise a qualidade de

vida e a qualidade da democracia e orientada para o futuro da comunidade. As medidas devem proporcionar aos cidadãos, independentemente das suas crenças, estrato social ou económico, grau de educação e cultura, condições de desenvolvimento pessoal e social, tendendo para a igualdade de oportunidades.

Em Portugal, onde as actuais condições económicas revelam incapacidade de aumentos de produtividade esta matéria aqui tratada é decisiva para o nosso futuro próximo, mas também para o futuro do País. De facto só uma mudança de mentalidade, uma maneira mais complexa de construir os saberes poderá permitir ganhos de produtividade sustentados, com base em portugueses qualificados. O desenvolvimento das parcerias estratégicas educação/cultura podem conduzir à aceleração de processos sociais de base que são fundamentais.

Vivemos uma democracia em que a participação em actos eleitorais é decrescente e na qual os jovens que chegam à idade de votar muitas vezes não exercem o seu direito de sufrágio; uma democracia com graus muito elevados de ileteracia; em que a percentagem de pobres no País está na casa dos 20% da população total; com taxas muito elevadas de abandono precoce escolar e uma baixa percentagem de jovens que terminaram o ensino secundário e a licenciatura em comparação com a média europeia . Mas somos uma sociedade que se quer moderna e aspira a estar entre os melhores.

Falta-me tempo para desenvolvimentos, por isso vou abreviar: o trabalho a desenvolver neste domínio deve ser estruturante e não meramente accidental, deve merecer a atenção cuidada dos decisores de topo e ser objecto de consenso político.

Não temos margem para andar em formulações e reformulações estratégicas de dois em dois anos.

E se antes de aplicarmos uma fórmula fôssemos a nossa própria cobaia ? Desde os primórdios dos modelos educativos ocidentais, não se reporta que o transmissor de valor e de conhecimento fosse cobaia da própria transmissão, como um ignorante, ou uma página em branco. O exercício voluntário de “vitima” do conhecimento não é praticado pelo agente transmissor e por isso o resultado do modo de transmitir e do que se transmite dificilmente se conhece em situação experimental, pois o próprio não está em condições de praticar o auto-controlo. É difícil seguir na plenitude os efeitos de actos educativos - são necessários mecanismos de controlo de grupos que corram gerações, que acompanhem gerações. Não temos esse tempo, esse dinheiro. Nós, “Os agentes provocadores” dos modelos educativos e culturais, não temos pois condições de praticar, nas palavras de Peter Sloterdijk, um acto de “intoxicação voluntária”, de teste sobre nós mesmos do património educativo e cultural que queremos promover. Por isso, só uma consciência de responsabilidade nos pode salvar. E o que têm feito os responsáveis?

Faz-se uma breve resenha, referente ao século XX e ao início do século XXI, com todas as omissões que tal acarreta e desde já desculpando-me pela ausências injustas:

João de Barros (1881/1960) desencadeou, no âmbito da 1ª República, uma campanha pela Educação Artística: "Não há sociedade democrática que possa viver, progredindo, sem o culto da arte" afirmava, sendo secundado por outros, como Aurélio da Costa Ferreira, que em 1916 publicava um texto sobre "Arte na Escola" (de encontro com os conceitos dos jardins-escolas João de Deus, fundados em 1911), ou ainda, Cardoso

Júnior ou Leonardo Coimbra que dizia: "A primeira educação deve ser artística".

O regime ditatorial instaurado na sequência do 28 de Maio de 1926 não propiciaria o desenvolvimento curricular destas matérias.

Todavia, no dizer de Arquimedes Silva Santos, (ele próprio uma referência incontornável neste domínio), nos anos cinquenta aparecem novas dinâmicas, nomeadamente, estimuladas pela criação da Associação Internacional de Educação pela Arte, sendo de referir o trabalho desenvolvido por Calvet de Magalhães, Alice Gomes, entre outros.

Em 1957, realizam-se em Lisboa e no Porto uma série de conferências, de onde sai a edição da comunicação de Rui Grácio - "Educação Estética e Ensino Escolar", prefaciada por Delfim Santos.

Em 1971, por iniciativa de Madalena Perdigão, promove-se na Fundação Gulbenkian um "Colóquio sobre o projecto de reforma do ensino artístico", na sequência do qual resulta a reforma do Conservatório Nacional.

O 25 de Abril de 1974 abriu, como seria de esperar, condições para uma renovação do pensamento e da acção nesta área, ocorrendo em 1978 a criação, no Ministério da Educação, do Gabinete Coordenador do Ensino Artístico, que sob a direcção de Madalena Perdigão apresentou em 1979 um Plano Nacional de Educação Artística, não adoptado.

Mas até à reforma do ensino artístico, que foi consubstanciada no decreto-lei nº 310/83 (de que resultou a criação das escolas superiores artísticas, integradas no ensino superior politécnico), a legislação que regulamentava o Ensino Artístico remontava à década de 30.

A Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, em vigor, consagrou a importância das Artes na Educação. Na sua sequência, em 1987, nasceu o projecto "Escola Cultural", que em 1989 é substituído pelo projecto "A Cultura começa na Escola", principalmente com manifestações na área da música e cinema, entretanto desaparecido.

Em 1990 é aprovado o diploma quadro do Ensino Artístico, em vigor, o Decreto-Lei 344/90, que bebe na experiência anterior, destacando-se o já referido Plano Nacional de Educação Artística de 1978. Na sequência deste diploma de 1990, o Despacho nº 141/ME/90 promove os já existentes clubes de escola e estimula a criação de novos clubes no 2º e 3º ciclo do Ensino Básico, estimulando este modelo de actividade a título de complemento curricular (hoje há mais de 1250 clubes - dados de 1999- nas áreas artísticas por escolas de todo o país, correspondendo a uma primeira dinâmica com impacto nacional neste domínio).

Em 1991, o GETAP - Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional do Ministério da Educação, hoje desarticulado, realiza, na Maia, o colóquio "Educação Artística Especializada - Preparar as Mudanças Qualitativas", onde procura promover os decretos regulamentadores para as diversas áreas artísticas na sequência do diploma quadro de 1990 já citado. Os diversos decretos em causa nunca passariam da fase de proposta.

Em 1992, o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado da Juventude e o Clube Português de Artes e Ideias lançam o programa PAIDEIA - Arte nas Escolas, que abrangeu até 1997, 180 escolas secundárias e 150 000 estudantes do ensino secundário em acções de promoção das artes contemporâneas, sendo a primeira itinerância de um programa nacional de actividades artísticas contemporâneas no sistema de ensino público.

Na década de 90, multiplicaram-se os projectos locais de actividades artísticas ligadas a escolas, seja na continuação de acções com alguma longevidade, seja na utilização da chamada "Área Escola", hoje "Área de Projecto" ou outros mecanismos similares anteriores, seja através de parcerias entre organizações culturais e escolas. São exemplo o projecto MU-SE, Escolas Verney, entre muitos outros.

Em Maio de 1996, foi nomeada uma Comissão Conjunta entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura para estudar a situação do Ensino Artístico e avançar com propostas globais de reforma, coordenada por Maria Emília Brederode dos Santos. A Comissão em causa apresentou o seu relatório em 1997, e ainda nesse ano foi nomeado um Grupo de Contacto Permanente entre os dois ministérios, coordenado por Augusto Santos Silva, do qual resultou a publicação "A Educação Artística e a promoção das Artes, na perspectiva das políticas públicas", no ano 2000. Em Dezembro de 2003 foi criado o Grupo interministerial Educação-Cultura, que tive a honra de coordenar e que contou com a participação de Isabel Cordeiro, Miguel Soromenho, Paula Folhadela, Paulo Carretas e Paulo Fonseca, apresentando o seu relatório em Abril de 2004.

Em 2005, já no corrente mês de Novembro, surge o Programa de Promoção de Projectos Educativos na área da Cultura, acção conjunta do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura que pelas suas características pode bem ser um passo significativo na concretização de medidas nesta área. Temos de esperar para conhecer a implementação. Ao mesmo tempo, espera-se que a concomitante saída do núcleo de ensino artístico da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular para a Direcção Geral de Formação Vocacional não configure um "descer de patamar" na importância das artes enquanto matéria curricular.

Nos últimos cinco anos, diversas iniciativas públicas neste domínio têm sido desenvolvidas, de que são exemplo o projecto “ A minha escola adopta um museu”, “e-EPoca- educação e património”, o projecto “Escritores nas escolas”, o programa “Juventude/Cinema/Escola”.

Quero terminar a minha intervenção referindo um 3º aspecto que me parece de assinalar:

Qualquer intervenção que vise a convergência de políticas educativas e culturais deverá fazê-lo no âmbito de um quadro referencial seguro e na minha perspectiva, considerando que a actividade cultural em geral e a formação artística em particular são um forte valor de âmbito curricular, aliás como defendi no parecer que elaborei conjuntamente com Emília Nadal para o Conselho Nacional de Educação em 1998. Assim, para além das acções de complemento curricular, das acções extra-curriculares, é fundamental a presença nos currículos, com a importância apontada mas não praticada, na Lei de Bases do Sistema Educativo, seja na sua versão de 1986, seja com as alterações de 1997 e de 2005.

Nesses termos, as competências essenciais no sistema educativo por patamar de ensino e por isso o perfil desejável de saída dos estudantes por nível de ensino devem considerar estas matérias no coração do ensino, pelas razões evocadas anteriormente.

A situação do País, numa análise comparativa com parceiros europeus, impõe a definição de um plano estratégico de actuação que estabeleça metas, defina prioridades, institua padrões de exigência e assegure a sustentabilidade das práticas. É necessário eliminar bolsas de carência que subsistem em áreas

estruturantes, reduzir assimetrias regionais e investir em domínios de inovação e contemporaneidade. Em suma, é preciso fazer depressa e bem.

Dou-vos um simples exemplo de uma possível estruturação, que corresponde ao relatório do Grupo de Trabalho que coordenei e que já referi. O modelo pode ser este, o modelo pode ser outro. Mas é importante que haja um modelo e que o mesmo seja consensual, para não mudar mal mude um governo.

(ver projecção power point)

Não vos falei de divergências. Falei de possibilidades de convergência. Estas possibilidades, implicam uma crescente atenção à territorialização das políticas neste domínio, nunca perdendo de horizonte referências e a dimensão nacional. É também fundamental lembrar que, como diz Bruce Mau, assistimos, participamos, numa mudança massiva da realidade presente. Temos de ligar os projectos de desenvolvimento, certamente ao património de saberes constituídos mas também às novas academias, aos novos centros de competências, aos novos saberes, que muitas vezes já não residem onde nos habituámos a visitá-los. Essa capacidade de ler e fazer o novo ditará a diferença entre ganhar um lugar no presente e conquistar um futuro enquanto comunidade ou ir perdendo, talvez sem nos apercebermos características identitárias a favor da dissolução de um sentido de comunidade de pertença.

Muito obrigado

Jorge Barreto Xavier